

A TRIBUNA



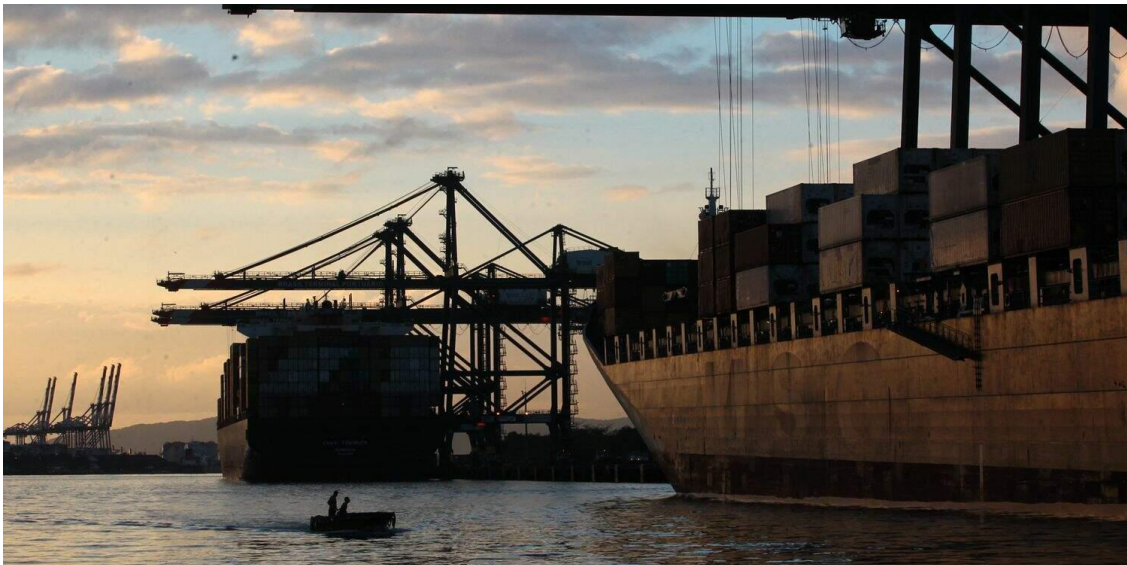
PORTO & MAR

Desestatização do Porto de Santos avança, destaca Marcelo Sampaio

Modelo deverá ser discutido pela comunidade portuária ainda neste ano



Fernanda Balbino
23.03.21 13h00



Gestão da empresa deve ser discutido pela comunidade portuária no segundo semestre
(Foto: Matheus Tagé)

A primeira fase de estudos para a desestatização do Porto de Santos deve ser concluída em algumas semanas, em abril. Ela inclui o diagnóstico dos pontos fortes e também dos problemas enfrentados na administração da Autoridade Portuária de Santos (APS). O modelo a ser utilizado para a gestão da empresa após a desestatização deve

ser discutido pela comunidade portuária no segundo semestre. A previsão do Ministério da Infraestrutura é de que ainda neste ano seja concluída a etapa de consulta pública e a consolidação desses resultados na modelagem, destacou o secretário-executivo da pasta, Marcelo Sampaio.

Os trabalhos são executados por um consórcio contratado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o serviço. Trata-se do Dagnl, que conta com a DTA Engenharia como líder e com as empresas Alvarez e Marçal Consultoria em Engenharia, pela Garín Infraestrutura Assessoria e Participações Ltda e com os escritórios de advocacia Lobo & De Rizzo e Navarro Prado.

Além dos diagnósticos, serão elaboradas alternativas para a modelagem da concessão do Porto, o que inclui avaliações regulatórias, econômico-financeiras, de engenharia e meio ambiente. Há previsão que esse trabalho seja concluído ao longo do terceiro trimestre.

O consórcio tem como objetivo garantir inovações tecnológicas para atingir níveis de eficiência compatíveis com os maiores portos do mundo. Para atingir essa meta, o grupo também ouve os interessados e interlocutores locais.

De acordo com o Ministério, desde dezembro, diversos atores do setor têm sido entrevistados pelo grupo. Isto inclui armadores, operadores, arrendatários e ainda outras autoridades públicas que fazem parte da atividade portuária.

“No âmbito do Porto de Santos, tivemos uma etapa inicial de reuniões com representantes do setor portuário e agentes que atuam no Porto de Santos para ouvir suas sugestões e preocupações iniciais. Em

paralelo, está em desenvolvimento os estudos e a modelagem”, explicou a pasta de infraestrutura.

Os estudos seguem a mesma linha já executada no processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Lá, o processo de consulta pública já está em andamento e uma audiência já foi realizada com o objetivo de debater a proposta de modelagem já apresentada.

“Tivemos mais de 300 manifestações, que estão sendo consolidadas e avaliadas pela Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Nossa expectativa é bater o martelo ainda este ano para dar início a um porto organizado nesse novo modelo de desenvolvimento e exploração através de gestão privada”, afirmou Sampaio.

Para o executivo, muito do que foi aprendido na Codesa é utilizado nos trabalhos de desestatização de Santos, mas sempre tendo em consideração suas diferenças e peculiaridades.

A desestatização da Autoridade Portuária está programada para ocorrer no ano que vem. A expectativa leva em conta a conclusão definitiva desses estudos, o período de consulta pública e a aprovação de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo o executivo, “segue também em bom ritmo os trabalhos e discussões acerca das desestatizações dos Portos de Itajaí e de São Sebastião, com o avanço de seus estudos e discussões. Por último, vale destacar ainda no pipeline de projetos portuários do Ministério da Infraestrutura, a qualificação no âmbito do PPI e inclusão no PND da Codeba e de seus Portos (Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus), com previsão de início dos trabalhos de estudos e modelagem ainda no primeiro semestre de 2021”.

